

REFLEXÃO ACERCA DA CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Léocla Vanessa Brandt

Universidade Federal de Santa Maria

loclabrandt@yahoo.com.br

Adriana Flávia Neu

Universidade Federal de Santa Maria

adriananeu09@gmail.com

Chane Basso Benetti

Universidade Federal de Santa Maria

benetticb@yahoo.com.br

Maria Eliza Rosa Gama

Universidade Federal de Santa Maria

melizagama@yahoo.com.br

RESUMO

O direito de acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais à educação no ensino regular público é um item previsto na Constituição Federal. No entanto, a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais com apoio especializado que ofereça suporte aos professores atuantes no ensino regular, ainda se mostra como um grande desafio. Com base nisso, elaboramos este relato de experiências vivenciadas no âmbito das ações do Subprojeto Interdisciplinar “Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física e da Pedagogia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental” – UFSM. Objetivamos relatar os desafios enfrentados pelos alunos em formação para a docência de Educação Física para planejarem e desenvolverem situações de ensino e de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas regulares. Pode-se perceber que a falta de conhecimentos profissionais inicia-se na formação inicial. Poucos são os espaços e conteúdos do curso de formação de professores destinados a garantir conhecimentos mínimos necessários para a atuação com crianças com necessidades

especiais. Por conseguinte, esta situação prossegue durante a carreira profissional docente necessitando de cursos de especialização e capacitação, a qual deve ser tarefa não apenas do educador, como também de toda equipe escolar, permitindo uma reflexão contínua da prática pedagógica a fim de ressignificá-la.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Formação de Professores; Capacitação; Necessidades Educacionais Especiais.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vem ganhando força no ambiente escolar visto que, atualmente, a lei garante que alunos com necessidades educacionais especiais tenham direito a educação de qualidade nas instituições de ensino. Todavia, ainda há grandes dificuldades em incluir estes alunos devido a falta de profissionais especializados.

Em linhas gerais, o que vem acontecendo nos cursos de formação docente é a ênfase dada aos aspectos teóricos, em currículos distanciados da realidade escolar e da prática pedagógica, não proporcionado por consequência a capacitação necessária aos profissionais frente a diversidade dos discentes (RODRIGUES, 2003).

Esta premissa também se reflete nas aulas de Educação Física escolar, pois como afirmam Aguiar e Duarte (2005: 228), “com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação”.

De acordo com a realidade recém apresentada, este trabalho tem por objetivo relatar os desafios enfrentados pelos alunos em formação para a docência de Educação Física para planejarem e desenvolverem situações de ensino e de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais, nas aulas regulares.

METODOLOGIA

Para a concretização deste escrito, optou-se pela metodologia de relato de experiência. A vivência aqui relatada foi proporcionada através do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência Subprojeto Interdisciplinar “Organização do Trabalho Pedagógico da Educação Física e da Pedagogia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental” inserido em uma escola pública estadual da periferia da cidade de Santa Maria/RS.

DESCRIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS

Durante as aulas ministradas, nos deparamos com inúmeras situações para com as quais não estamos devidamente preparados para lidá-las. A inclusão de pessoas com necessidades especiais aparece no cenário escolar como um dos elementos de maior dificuldade também para as aulas de Educação Física. No que se refere a inclusão, não nos sentimos seguras frente a possibilidade de receber crianças com necessidades especiais em nossas turmas. Isso sinaliza a urgência e relevância de se começar a discutir esta temática em interface com os objetivos dos cursos de formação do profissional para a atuação na educação.

Vivenciamos em nossas aulas a inclusão de alunos(as) com deficiências motoras, intelectuais, motoras e intelectuais, e com Síndrome de Down. Assim sendo nossos planejamentos deveriam ser adaptados para que os mesmos pudessem participar de todas as atividades. Durante nossa formação, muitas vezes, somos induzidos a acreditar que adaptar aulas de educação física para alunos com necessidades especiais não seria uma tarefa tão difícil, pois toda atividade prática possibilita a adaptação.

Todavia, o que se mostra claramente nas aulas é a falta de conhecimento para trabalhar com alunos(as) que necessitam de uma atenção especial, uma vez que, havia grande dificuldade em inseri-los em todas as atividades elaboradas nas aulas.

Grande parte dessa dificuldade deve-se a falta de subsídios oferecidos pelas licenciaturas das IES¹, que, em sua grande maioria, pouco abordam acerca das questões práticas relacionadas ao trato pedagógico do professor de Educação Física para com alunos com necessidades educacionais especiais. Como bem ressalta Silva (1993), que na formação do professor de Educação Física, prevalecem os conteúdos das disciplinas de cunho técnico desportivo, corporal e biológico, ao passo que as disciplinas pedagógicas da formação ficam em segundo plano.

Os alunos da escola em questão, em sua maioria, fazem parte de uma realidade sócio econômica baixa, e em situação de vulnerabilidade social, o que amplia a diversidade de comportamentos e necessidades dos alunos de uma mesma turma. Assim sendo, o conhecimento que o professor deve ter para dar conta de ensinar os conteúdos da educação física, precisa ser adaptado.

Tomemos por exemplo uma aula que se inicia com uma brincadeira de “pega-pega” como atividade de aquecimento. Antes do início da aula de educação física, os alunos passaram grande parte do seu tempo sentados em carteiras estudando o abecedário. Ao partirem ao pátio, sua principal ansiedade se mantém em “correr muito”, o que é elucidado quando da pergunta “vai ter atividade de correr?”, feita pelos alunos à professora de educação física, que em caso afirmativo vibram muito. Esta é uma situação comum a maioria das mais variadas turmas em que atuamos.

Diante disto, quando nos deparamos com um aluno que necessita da cadeira de rodas para sua locomoção, nosso primeiro questionamento se direciona a: “como realizar atividades movimentadas em que este aluno também seja autor da brincadeira/jogo/atividade, não sendo apenas mais um componente integrado a turma?”.

Este questionamento permeou a maioria das aulas, resultando na constatação de que não estamos recebendo aporte suficiente para, de fato, incluir um aluno nas aulas de Educação Física. Do mesmo modo, quando tratamos com alunos com Síndrome de Down em nossas turmas, percebemos a falta de

¹ Instituições de Ensino Superior.

conhecimentos mínimos para compreendermos suas dificuldades seja de comunicação ou de movimento.

Em relação a isto, Silva (1993) salienta que a falta de orientações para assegurar que alunos inclusos também tenham acesso a especificidade da Educação Física que é a cultura de movimento, ainda é um sério problema a ser enfrentado e que necessita ser mais fortemente abordado, uma vez que as turmas com alunos inclusos crescem ano após ano, e a cultura de movimento não lhes pode ser negada.

Diante disto reafirma-se a importância de maiores estudos nesta área, bem como a busca na capacitação de todos profissionais envolvidos nesse processo, incluindo a equipe diretiva e funcionários da escola. A afirmação de Bueno (1993) vai ao encontro dessa premissa quando o mesmo evidencia que para se alcançar a qualidade, tanto na formação docente quanto na qualidade de ensino para crianças com necessidades educacionais especiais, é necessário, no mínimo, dois tipos de formação profissional. Uma delas contempla a formação com o conhecimento mínimo exigido para tal, e a outra refere-se a formação de especialistas que possam atender diretamente estes alunos ou possa auxiliar o professor regente do ensino regular.

Como já foi mencionado, os cursos de licenciaturas não oferecem os subsídios necessários para a atuação profissional que contemple as especificidades de cada discente. Portanto, a ampliação e continuidade de cursos de capacitação e especialização são indispensáveis para a preparação e atuação dos educadores, ao passo que, investimentos em tecnologias e matérias didáticos diversificados não devem ser descartados.

Vale aqui ressaltar ainda, que os cursos de aperfeiçoamento aqui referidos, não devem ser tomados como obrigatórios nem como dispensáveis. Aqui defendemos a necessidade da participação ativa dos profissionais nestes cursos, para que este tenha a possibilidade de desencadear um processo reflexivo contínuo em sua carreira docente.

CONCLUSÃO

Em suma, a preparação de professores capacitados e especializados para trabalhar com alunos com necessidades especiais apresenta-se ainda escassa pelas licenciaturas, mas que precisa ser superada e qualificada. Para que esta qualificação aconteça, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar, pois cada um possui um papel específico que precisa ser pensado coletivamente. Do mesmo modo, não basta a presença do profissional da educação em cursos de capacitação, mas sim o mesmo deve ser levado a reflexão da sua prática pedagógica para que esta possa ser ressignificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, J. S. de.; Duarte, É. (2005). Educação Inclusiva: um estudo na área da Educação Física. Revista Brasileira de Educação Especial, 11(2), 223-240. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200005.
- Bueno, J. G. S. (1993). Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP.
- Rodrigues, D. (2003). Perspectivas sobre a Inclusão: da Educação à Sociedade. Porto: Porto Editora.
- Silva, S. B. (1993). Análise das relações existentes na legislação que orienta a formação profissional dos especialistas em Educação Física e Desportos e os planos nas áreas educacional e desportiva no Brasil. Escola de Educação Física, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <http://cev.org.br/biblioteca/revista-brasileira-educacao-fisica-esporte-v4-n1-1990>.